

Iolanda Évora

Djunta-mon em três tempos:
pós-independência, imigração e
transnacionalismo. Aspectos da
experiência associativa cabo-verdiana

Apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Sessão Temática: Desenvolvimento, Políticas Públicas e Terceiro Sector

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

Resumo

Este estudo tem o foco nas associações voluntárias e discute sobre as condições materiais e psicossociais de adesão e participação dos associados. Estes aspectos são analisados sob o ponto de vista dos associados de cooperativas da zona rural da ilha de Santiago, criadas no período pós-independência, e de associações de imigrantes cabo-verdianos em Portugal.

Em Santiago, identificamos quer formas singulares de apropriação da base ideológica oficial e dos objectivos governamentais, quer permanências culturais que, por meio de práticas como o *djunta-mon*, asseguram a protecção das identidades sociais e permitem a familiaridade e o controle subjectivo dessa prática social.

Na imigração, as associações espontâneas propõem manter a identidade, promover a inclusão social ou resolver problemas e necessidades comuns e reflectem a heterogeneidade, as clivagens sociais e divisões de classe de origem que são reproduzidas na imigração. Actualmente, exigências formais de maior rigor e competência técnica e humana no seu funcionamento parecem enfraquecer a adesão espontânea e voluntária e o *djunta-mon*. Ao mesmo tempo, interroga-se sobre o papel tradicional dessas associações face a transformações na imigração com a inclusão de novos perfis como os migrantes transnacionais.

Examinamos a adaptabilidade desta estratégia colectiva indicando que no passado, no presente e perante a possibilidade de uma prática associativista transnacional, o recurso ao tradicional *djunta mon* adaptado ao contexto vivido, assegura a manutenção da forte rede de reciprocidade e sociabilidade essencial à sobrevivência e ao sucesso das associações.

Introdução

Os estudos em que se baseia esta apresentação incluem-se no âmbito do interesse pela criatividade dos indivíduos e grupos na resposta a problemas da mudança social. No primeiro caso, interessava-nos compreender esse processo em relação às mudanças introduzidas com a independência de CV, particularmente, com a introdução do cooperativismo no interior rural da ilha de Santiago.

O segundo estudo refere-se a uma pesquisa, ainda em andamento, em que procuramos reconhecer e compreender as formas de organização para o auxílio mútuo que são experimentadas pelos imigrantes transnacionais cabo-verdianos na Europa, cuja actividade

entre lugares se intensifica. Para tal, partimos do conhecimento sobre a prática associativa na imigração, tomando a experiência das associações em Portugal, para verificar se, de algum modo, as práticas de auxílio mútuo no contexto transnacional podem ser consideradas como parte do associativismo imigrante tal como o conhecemos em Portugal.

Como resultado da reflexão sobre estas duas realidades, identificamos, em ambos os casos, práticas de entreaajuda características do sistema tradicional do *djunta mon*, cuja actualização, certamente considera as realidades vividas, sendo que, no caso dos imigrantes transnacionais, há indicações de uma particular ênfase na característica de reciprocidade dos fluxos de entreaajuda a que todos são obrigados para que a rede continue a funcionar e a apoiar os que necessitam.

As representações sociais de cooperativa na ilha de Santiago, Cabo Verde

O estudo que realizamos sobre as representações sociais das cooperativas na ilha de Santiago, Cabo Verde (Évora, 1996), incidiu sobre os discursos de membros de cooperativas de produção (agrícola e pescas) e de abastecimento, oficialmente criadas no período da independência de Cabo Verde para resolver os graves problemas de subsistência e mobilizar as massas populares para o desenvolvimento e o novo projecto nacional revolucionário. Apoiamo-nos na teoria das representações sociais porque propusemos conhecer a cooperativa a partir do conhecimento vivenciado pelos seus associados, lembrando a sua utilidade para a psicologia social que, como sublinhou Moscovici, deve preocupar-se com fenómenos do pensamento, do sentido e da comunicação numa determinada cultura (Moscovici, 1984). Entre as principais conclusões do estudo temos que a forma de adesão (por solicitação e incentivo externo) condicionou as concepções dos cooperados relativamente à sua participação e ao significado e papel da cooperativa na sua vida e na das suas comunidades. A cooperativa era vista como uma iniciativa vinda *de fora*, na medida em que, inicialmente, as pessoas foram directamente contactadas por membros do partido e motivadas a participar. As falas dos associados sobre o que era a sua cooperativa, esclarecem-nos sobre a forma de interpretação à proposta ideológica trazida com o projecto. Na sua perspectiva, a adesão justificava-se pela oportunidade de resolver os problemas graves de sobrevivência que sempre atingiram o caboverdiano do interior da ilha de Santiago, embora o projecto ideológico que sustentava a proposta e as práticas colectivistas propostas contradissem as concepções colectivas já

existentes, em torno do direito à propriedade individual e à divisão social. De acordo com a teoria das representações sociais, no processo de construção de representações sobre um novo objecto social (Jodelet, 1985 ; Moscovici, 1984; Abric, 1994), os grupos recorrem ao conhecimento colectivo anterior e ao seu repertório de significações atribuídos a práticas colectivas de entre ajuda e associativismo para *significar* a nova prática e inseri-la no campo de conhecimentos e práticas existente. Os estudos sobre a realidade social têm mostrado que o comportamento dos sujeitos e dos grupos depende muito mais das representações sociais que possuem ou elaboram a respeito de determinado objecto ou tema do que das características objectivas da situação. Uma das principais atribuições das representações sociais seria, portanto, a de servir de guia das acções humanas, orientando as relações sociais e intervindo nas práticas sociais. Pela sua função afectiva de protecção de identidades, permite-nos compreender as estratégias colectivas e individuais para a manutenção da identidade grupal e do equilíbrio sócio-cognitivo a ele vinculado, por exemplo, face à introdução de um novo modelo político- ideológico.

Neste processo, ganham destaque as práticas de auxílio mútuo há muito experimentadas no interior da ilha onde, desde há muito existem associações de entreajuda criadas para resolver problemas do trabalho ou para manifestações de carácter religioso e social que permitem a união de forças em favor de soluções colectivas que, em dado momento, resolvem questões individuais. Na ilha, o facto de pertencer a uma associação do género significa estar protegido pela colectividade que assegura as condições para o indivíduo ser amparado quando for necessário. O estudo demonstrou que, como forma de proteger a identidade e garantir a familiaridade com a nova prática cooperativista proposta, no quotidiano das interacções na cooperativa (ou em relação á mesma), são actualizados o significado e as práticas relativas ao sistema do *djunta mon*, (termo que em crioulo de Cabo Verde e da Guiné-Bissau significa juntar as mãos).

O djunta mon como estratégia social

Como sistema de entreajuda é a estratégia social mais antiga e de maior dimensão no interior da ilha, descrita, originalmente, por garantir a maior quantidade de força de trabalho necessária à realização das actividades agrícolas no curto período de tempo permitido pelo regime pluviométrico. António Carreira refere-se nestes termos a este sistema de entreajuda: “(...) ainda hoje, nos locais mais isolados há tarefas que se executam pela conjugação de esforços de vizinhos e amigos, constituindo indicativo seguro do sentido da vida comunitária,

na medida em que, nos tempos recuados, essa entre-ajuda era permitida até aos escravos submetidos à disciplina das fazendas agrícolas. Parece que o costume é de origem africana (embora em Portugal exista ainda agora) e se ficou devendo bastante à acção dos escravos fujões que, escapando-se à tutela dos senhores, fundaram os seus pequenos sítios, com os seus funcos, onde passaram a viver (...)” (Carreira, 1977:32)

O trabalho cooperativo do *djunta mom* é utilizado para o cultivo dos terrenos de sequeiro pois, os trabalhos nos terrenos de regadio acontecem durante todo o ano, ao contrário dos primeiros que dependem do período das chuvas. Este sistema de contra-prestação de serviços é a mais tradicional instituição de permuta, mediante a qual, um trabalhador convida outro para trabalhar para si em suas terras e, em troca, retribui trabalhando também nas terras deste. Este mecanismo de trocas corresponde ao que Sahlins (*apud* Abreu, 1985) definiria como "uma devolução estipulada de idêntico valor ou utilidade dentro de um período de tempo definido e limitado" (p.94).

A transação exige uma reciprocidade absoluta dos fluxos de trabalho durante os quais o responsável pela terra deve garantir a alimentação de todos os que trabalham para ele e este parece ser um dos motivos pelos quais este sistema, criado pelos camponeses sem recursos, paradoxalmente, torna-se de alto custo para os mais pobres, por exemplo. As exigências desta permuta dificultam a participação dos mais idosos pela impossibilidade de assegurarem a troca da força de trabalho, justificando, assim que estes utilizem com mais frequência os mecanismos de ajuda mútua que envolvem, de forma mais simples, os familiares mais próximo.

O *djunta mon* é um momento de grande encontro e de trocas sociais, quando reafirmam-se laços de solidariedade, de amizade e de contrato social que ultrapassam o núcleo familiar e da comunidade e recolocam os indivíduos na partilha de um mesmo universo de vivências. A base de recrutamento no *djunta mon* é ampla e a sua organização complexa e funcional pois, a atribuição de funções no campo, deve responder estritamente às necessidades do trabalho agrícola.

A importância social e económica atribuída pelo camponês ao *djunta mon* pode ser verificada pela extensão desta forma de trabalho a outros sectores produtivos e sociais como o da construção civil em que, quem está a construir, no momento de "cobrir" a sua casa (trabalho que deve ser realizado num único dia) reúne os amigos para a empreitada e garante a alimentação e as bebidas quando concluída a tarefa.

Embora na agricultura, em geral, venha sendo gradativamente substituída pelo trabalho assalariado, o *djunta mon* persiste em praticamente todos os tipos de associações de carácter mutualista como a *tabanca*, -talvez a associação do género mais antiga da ilha de Santiago-, que é também a manifestação cultural do santiaguense, que funciona como uma irmandade e é uma verdadeira associação de socorros mútuos, embora o seu objectivo explícito seja a devoção ao Santo padroeiro da localidade. A *tabanca* representa a herança da cultura tradicional africana somada a uma funcionalidade social e prática que garante a troca e a prestação de ajuda entre os seus sócios.

Como uma irmandade que regula a vida dos seus membros e da comunidade, a *tabanca* também proporciona o auxílio mútuo, coordenando parte substancial do trabalho agrícola através do sistema *djunta mon* de modo a garantir as actividades colectivas de limpeza das roças que pertencem aos seus membros e á comunidade.

Pelo conteúdo que lhe é atribuído e a relevância social do sistema de entreaajuda *djunta mon* compreende-se que o conceito de cooperativa, que tem por fundamento o conhecimento prático dos cooperadores, refere-se a objectos identificados como loja, campo, barco ou carpintaria. O estudo realizado sobre as cooperativas mostrou que, de tal modo a participação na cooperativa encontra-se apoiada nas permanências culturais (que asseguram a protecção das identidades sociais e permitem a familiaridade e o controle subjectivo da prática social), de tal modo, dizíamos, que foram identificados como parte constituinte do núcleo central das representações, conteúdos associados aos temas da sobrevivência, da propriedade privada e do trabalho.

Contra as exigências racionais da gestão de uma associação cooperativa, eliminar da prática cooperativista as modalidades que colocavam em causa laços familiares e obrigações e compromissos sociais (por exemplo, a proibição de vender a crédito não fazia sentido, em comunidades pequenas e muito pobres, onde o balconista da loja da cooperativa de abastecimento sente-se incapaz de recusar a venda a crédito de produtos de primeira necessidade a algum familiar (mesmo distante) ou a um vizinho que sabe não ter recursos nem trabalho naquele momento; repõem a figura do comerciante (apontado durante a época revolucionária como o explorador dos pobres já que praticava preços abusivos e retinha o poder sobre as comunidades que dependiam do sistema de crédito para ter acesso aos bens essenciais). Esta protecção remete-nos ao papel social do comerciante, em muitos lugares o único com recursos suficientes para, mediante empréstimo, suportar os custos da viagem dos que pretendiam emigrar.

Associativismo imigrante e o contexto transnacional

As reflexões sobre a prática do associativismo na imigração remetem-nos para os trabalhos dos interaccionistas simbólicos como George Mead que mostram como a consciência, a mente, o mundo dos objectos e as condutas são actos construídos pela vida social e a vida em grupo. A interacção social é o processo onde se forma a conduta humana e não apenas o espaço onde ela se expressa e se realiza; muito mais, é a condição para que os indivíduos se engajem em relações e criem o significado das coisas. O campo da investigação é orientado para as relações do indivíduo com os objectos e as situações socialmente construídas na actividade e na interacção; como afirmam os interaccionistas simbólicos, como actores sociais, os homens estão engajados na construção de identidades funcionais que lhes permitem negociar as relações sociais. Pela sua acção, os indivíduos e os grupos são percebidos como a realidade mais fundamental da vida social e a sua actividade seria a origem da organização social e da estrutura social.

Os principais estudos sobre o associativismo cabo-verdiano em Portugal elegem, frequentemente, como sujeito de pesquisa, os dirigentes associativos (Sardinha, s/d) mas, ao sistematizarmos as razões que, na opinião deles, levam à criação de uma organização associativa de imigrantes podemos encontrar alguns itens gerais importantes como: resolver um problema, encaminhar uma necessidade social, reproduzir a cultura de origem, configurar, sistematizar, organizar interacções já existentes, reproduzir ligações e relações de origem.

Igualmente, a partir de diferentes estudos realizados sobre a temática, é-nos possível, ainda, indicar diferentes aspectos que, apontados pelos sujeitos entrevistados, caracterizariam tais organizações em Portugal: exprimir a cultura; reagrupamento; pertencer a um grupo étnico/linguístico; gerir ligações de socorro mútuo; celebração da pertença; objectivos culturais e sociais; intervenção entre um grupo e a população nacional ou outros grupos; gerir as relações com a origem; representação política de um grupo; papel na renovação da sociedade portuguesa; papéis político, cultural e formativo; função preventiva face a riscos de marginalização e desvio; porta-vozes de partidos políticos; função histórica na vida cultural do imigrante; fonte de enriquecimento de algumas pessoas; um lugar para organizar festas, bailes proporcionar o encontro periódico entre as pessoas; instrumento político; resolver problemas do dia a dia (racismo, discriminação); servir de polícia da comunidade; tentar resolver problemas políticos e socio-económicos na origem; modo de ascensão/reconhecimento social; modo de sobrevivência; busca de protagonismo.

De facto, o conhecimento empírico também nos mostra que o senso comum, entre os imigrantes, põe uma ênfase importante naquilo que consideram de excessiva politização e fonte de ascensão (social e económica) das associações de imigrantes em Portugal. Mas, estudos como o de Malheiros (2001) mostram que as associações estão sujeitas a uma crescente pressão externa no sentido de promover trajetórias de maior formalização e profissionalização dos seus dirigentes, sob pena de comprometerem as suas possibilidades de diálogo com o exterior; Originalmente, as associações se auto financiavam, essencialmente, a partir de quotizações e de receitas de festas e outras pontuais mas, actualmente, assiste-se a uma redução desta forma de sustentação, que define melhor as competências dos associados, em benefício de uma concentração de expectativas vindas de fora. De acordo com Malheiros (2001), a profissionalização e formalização correspondem ao incremento da importância do terceiro sector nos países desenvolvidos, em detrimento da intervenção do estado no domínio da execução de determinadas tarefas, característico do processo de privatização. Actualmente são apontadas modificações nas formas de intervenção pois, as associações devem situar-se num quadro relacional mais formal, mais próximo de certos níveis de decisão (municipal e nacional). O reforço da formalização contrasta com o carácter espontâneo e basista que sempre caracterizou a vida das associações em geral, por necessidade de interlocução com câmaras municipais, organismos das administrações centrais e financiadores privados. As exigências para o seu reconhecimento tornam essencial a profissionalização e formalização das associações, mas se este facto é facilmente reconhecível pelas exigências colocadas pelos organismos externos, desconhece-se se esta exigência também parte dos associados. De todo o modo, neste novo cenário, vão-se esbatendo características que estiveram na origem das associações, tais como: forte volatilidade, dependência forte do voluntariado, existência de muitas pequenas organizações vinculadas a interesses de grupos específicos, forte dependência da figura de um líder reconhecido, esgotamento rápido do propósito inicial. Ao mesmo tempo, uma maior racionalização da acção das associações significa um menor centramento em actividades tradicionais baseadas na cultura de origem e no recreio (festas, futebol, etc) e promoção de novas actividades direccionadas para a intervenção social, bem como maior politização e encaminhamento para a acção social.

No contexto actual das associações em Portugal, ressalta à vista essa avaliação da sua qualidade de acordo com as suas capacidades de gestão das relações com o exterior e de incrementar o diálogo com a sociedade nacional, através da participação e representação junto às estruturas socio-políticas da sociedade de destino. Como afirma Sardinha (s/d), as funções associativas originais em torno da conservação da identidade cultural e da resolução

de interesses exclusivos da comunidade, dão lugar à preocupação com aspectos que reflectem preocupações com a integração no lugar de imigração. Verifica-se, neste sentido, um incremento do papel das associações como mediadoras entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento e uma intensificação do diálogo dessas associações com as estruturas e instituições oficiais, não existindo, porém, um conhecimento mais sistematizado sobre as mudanças nas relações com os associados. Ao contrário, em relação ao contexto anterior (em que a formalização e profissionalização não eram indicadores relevantes), é possível indicar um rol de aspectos sobre a sua utilidade, conforme indicam os seus dirigentes: agente de intermediação; fortalecedor da sociabilidade no interior do grupo; intermediação entre o imigrante e o não imigrante; mais necessárias como apoio para as pessoas com menos recursos pessoais.

Práticas de entreaajuda entre imigrantes transnacionais: uma nova realidade

Apesar do destaque atribuído às mudanças no sentido da maior profissionalização e formalização, torna-se necessário compreender de que modo as associações vêm se adaptando às novas configurações identitárias dos imigrantes, fruto do carácter cada vez mais permanente das estadias nos países de imigração, e ainda, das transformações nos modos migratórios que enfatizam movimentos como os da migração transnacional. Em relação aos novos actores da imigração cabo-verdiana, verificamos que, os descendentes formam um grupo identificável e as suas questões de reconhecimento junto à sociedade portuguesa vêm sendo assumidas como preocupações do movimento associativo em geral.

Ao mesmo tempo, novos actores apresentam-se cada vez mais no espaço transnacional, cada vez mais o espaço por excelência das redes informais de entreaajuda e solidariedade, que apoia-se na elevada densidade relacional do colectivo de imigrantes e indica uma presença significativa de mulheres. No entanto, esta prática não tem sido alvo de reflexão ou de incorporação por parte das associações, mesmo indicando tratar-se de um espaço de presença importante de estratégias individuais e colectivas que levam o associativismo ao âmbito de uma comunidade transnacional pois, neste caso, a sobrevivência das redes depende, em grande medida, de sistemas eficazes de solidariedade e reciprocidade. A questão pode ser colocada nos seguintes termos: como podem as associações apoiar este novo imigrante que circula pela Europa; vive entre múltiplas entradas no país; compete num espaço e num mercado transnacional onde tem que medir forças, competências e capacidades em relação a diferentes sistemas oficiais e também em relação a outros grupos de imigrantes que,

igualmente, circulam; compete por um determinado mercado e produto; mantém-se num quadro relacional e de contacto no interior de um espaço transnacional; vale-se das contradições actuais entre as gestões nacionais das fronteiras?

O campo da imigração transnacional parece favorável à actualização de práticas originais denominadas de *djunta mon*, no caso do interior da ilha de Santiago pois, é composto por segmentos pobres da imigração e assegura as trocas materiais num contexto de dificuldades e necessidades de garantir a sobrevivência. Ainda, por exigir um sistema competente de reciprocidade e solidariedade, remete às qualidades do *djunta mon* e a sua adaptabilidade num espaço em que as pessoas criam mundos sociais entre lugares físicos e comunidades de duas ou mais estados-nação (Vertovec, 2001) e vivem em diversos “habitats de significação” que não são territorialmente restritos. Nestes espaços, actualizam-se os repertórios culturais que, por sua vez, influenciam a construção da identidade ou, certamente, das múltiplas identidades. Como afirma Vertovec (2001), cada lugar ou localidade do espaço transnacional apresenta um conjunto de factores que condicionam a identidade e incluem: histórias e estereótipos de pertença local e de exclusão, geografias das diferenças culturais e da segregação étnica e de classe, hierarquias socio-económicas racializadas, graus e tipos de mobilização colectiva, formas de acesso aos recursos e percepções e regulações relativas aos direitos e deveres.

Com base na perspectiva deste autor, considera-se, no caso da imigração transnacional cabo-verdiana que, em conjunto, os múltiplos contextos da referida imigração criam aquilo que costuma ser denominado de “campo social transnacional” (Glick Schiller *et al.* 1992), onde são construídas, negociadas e reproduzidas as práticas e identidades sociais.

Considerações finais

A pesquisa realizada junto a antigos cooperadores do interior da ilha de Santiago em Cabo Verde permitiu constatar que, perante uma situação de conflito e contradição entre regras novas para a prática do auxílio mútuo (introduzidas pela criação das cooperativas na época da independência) e as obrigações sociais dentro das comunidades, os grupos recorrem ao seu conhecimento anterior, em particular, ao sistema tradicional de *djunta mon* para significar a nova prática e introduzi-la no seu repertório de práticas e acções colectivas.

Na imigração, após um período de defesa da cultura e da identidade, as associações de imigrantes são incitadas a promover a profissionalização e formalização, de modo a

corresponder às exigências de diálogo com os órgãos representantes da sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo, o senso comum, no seio da imigração destaca o seu carácter político e de representação das tendências partidárias que mais se destacam no arquipélago. Contudo, a representatividade dessas associações será reconhecida pelos associados e a comunidade imigrante em geral se as mesmas se mostrarem capazes de incorporar as expectativas dos novos actores na imigração, como vêm fazendo com os descendentes dos imigrantes.

No entanto, os actores que constituem o espaço transnacional que se intensifica não parecem fazer parte das preocupações das associações, apresentando, em suas práticas transnacionais muito mais o recurso a formas organizacionais informais de entreajuda que parecem retomar o funcionamento de sistemas tradicionais como o *djunta mon*. Este mostra-se adequado às necessidades, sobretudo por garantir processos exigentes de reciprocidade e solidariedade sem os quais as redes informais formadas no espaço transnacional não sobrevivem.

Por esta perspectiva, é de se supor que, nos moldes actuais em que funciona, o transnacionalismo cabo-verdiano favorece a expressão de uma prática conservadora (ao contrário das associações em Portugal que diversificam as suas intervenções), que está a incentivar e a induzir à manutenção de valores e práticas tradicionais. Desta forma, e tal como os antigos cooperadores, perante as ameaças de uma situação nova, o recurso ao *djunta mon* inclui-se entre os processos colectivos de preservação das identidades e de controlo subjectivo sobre a situação externa. É preciso, ainda, apontar ao repertório de práticas de entreajuda conhecidas nos contextos migratórios de fixação como em Portugal.

Referências Bibliográficas

Abreu, A. T. (1985) "Família e trabalho numa comunidade camponesa de Cabo Verde". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 3, jan./dez, 85-106.

Abric, J. (1994) "Pratiques sociales, représentations sociales". In: Abric, J. C., *Pratiques sociales et représentations*, Paris, Presses Universitaires de France, cap. 8: 217-251.

Carreira, A. (1977) *Cabo Verde, classes sociais, estrutura familiar, migrações*. Lisboa, Ulmeiro 9, 1977.

Glick-Schiller, N.; Basch, L.; Blanc-Szanton, C. (eds), (1992) "Towards a Transnational Perspective on Migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered", *Annals of the New York Academy of Sciences*, Nova Iorque, n. 645.

Jodelet, D. (1985) "La representation social - fenômenos, concepto y teoria." In: Moscovici, S. (org.) *Psicologia Social*. Paidós.

Moscovici, S. (1984) "The phenomenon of social representations". In: Farr, R. e Moscovici, S. *Social Representations*. Cambridge, Cambridge University Press.

Malheiros, J. (2001) *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*, tese de doutoramento em Geografia defendida na Universidade de Lisboa (mimeografada).

Sardinha, J. (s/d) "Capeverdean Associations in the Metropolitan Area of Lisbon: their role in integration", *Sussex Migration Working Paper nº26* (25p)

Vertovec, S. (2001) "Transnationalism and Identity", *Journal of Ethnic and Migrations Studies*, v. 27, n.4., october, pp-: 573-582.

O CEsa

O CEsa é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsa são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

Os autores

IOLANDA ÉVORA

Iolanda Maria Alves Évora- Psicóloga Social pela Universidade de São Paulo, Brasil, investigadora associada do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (Cesa,Iseg), ao abrigo do Programa Ciência 2008 da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (FCT). Desde 1998 conduz trabalhos de investigação sobre dimensões psicossociais da migração cabo-verdiana, primeiro realizando investigação sobre as mulheres de origem cabo-verdiana em Itália e, mais recentemente, sobre transnacionalismo, processos associativos em contexto migratório e concepções e discursos sobre a diáspora cabo-verdiana dentro e fora do arquipélago. No campo da saúde/imigração tem estudado, nomeadamente, aspectos das percepções e atitudes dos jovens face ao VIH/Sida. Recentemente, participa de equipas de investigação sobre processos organizativos em contextos de trabalho informal como as feiras e mercados no Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Lecciona disciplinas de Psicologia Social e Organizacional e Metodologia Qualitativa em licenciaturas e mestrados do ensino superior no Brasil, em Cabo Verde e em Portugal.

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/"Económicas")
da Universidade Técnica de Lisboa

R. Miguel Lupi, 20 1249-078 LISBOA PORTUGAL
Tel: + / 351 / 21 392 59 83 Fax: [...] 21 397 62 71 e-mail: cesa@iseg.utl.pt
URL: <http://www.iseg.utl.pt/cesa>